

Apresentação



Do momento em que somos um diálogo.

(HÖLDERLIN)

Compreendida a partir do movimento que defende a universalização dos direitos humanos, a inclusão desponta como perspectiva norteadora das políticas públicas, das propostas de atendimento e de formação profissional em diferentes áreas do conhecimento e setores sociais. Configura-se um dos principais desafios da educação contemporânea. Uma significativa parte dessa discussão refere-se ao campo da educação especial.

À margem da agenda política do Estado, a educação especial tradicionalmente se organizou como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum em classes e escolas especiais. Propostas e espaços diferenciados para aqueles que, por suas qualidades sociais, culturais, genéticas, comportamentais etc., diferiam da normalidade. Para as lentes do Estado, dos professores e dos especialistas, ser diferente era ser anormal, justificando as condições de desigualdade no acesso à escolarização e na permanência na escola. A persistência, o crescimento e o aprofundamento desse quadro, em conjunto com a universalização da educação básica e com as conferências internacionais – que versam sobre os que estão “do lado de fora” –, introduziram no cenário político as diretrizes inclusivas. Nesse sentido, o Brasil implementou uma série de leis, políticas e programas voltados para a redução da desigualdade e para a inclusão escolar. Nas palavras de Arroyo (2010), uma nova perspectiva se constitui: o diferente não mais é visto como desigual, mas como excluído, modo pelo qual se reescrevem as pautas das agendas sociais e políticas.

Um novo capítulo da educação especial se inscreve. O direito à educação garante acesso irrestrito à escolarização. Os direitos à igualdade e à diferença reorganizam os serviços, os conceitos e os profissionais da escola. Tais proposições suscitam um grande número de debates e estudos voltados, dentre outros, para a análise dos indicadores de acesso e permanência na escola comum, do atendimento educacional especializado como complementar e não mais substitutivo, da formação de professores, das práticas pedagógicas, das relações entre a sala de aula e a sala de recursos, do currículo e da gestão. A despeito do avanço nas pesquisas e das matrículas no sistema regular de ensino, ainda são grandes os desafios e o desconhecimento sobre a educação escolar diante das demandas inclusivas (BUENO, 2011; BAPTISTA, CAIADO, JESUS, 2008). Quem são os sujeitos da educação especial? Como pensar as relações entre as classificações, diagnósticos e processos de ensino e aprendizagem? Em que medida os ideais inclusivos desconstróem sentidos que relacionam as diferenças à anormalidade e à “ineducabilidade”? Como compreender as relações entre o ordenamento jurídico e a inscrição das (im)possibilidades escolares e sociais?

Franklin (1996) afirma que as inúmeras modificações do campo da educação especial foram realizadas sem uma reflexão sobre a natureza da deficiência, do diagnóstico, da formação docente e do processo de escolarização no ensino regular. Para o autor, o impacto do positivismo na educação especial pode ser observado por intermédio da perspectiva objetivista; da compreensão da deficiência a partir da determinação “biologicista” e/ou “psicologicista”; e das práticas behavioristas. No mesmo sentido, opera uma crítica contundente a um processo reflexivo incapaz de questionar o inatismo, ainda bastante presente no ensino especializado.

O presente dossiê pretende contribuir com a construção de outro olhar sobre os sujeitos da educação especial (alunos, professores) e sobre as possibilidades de ensino e aprendizagem; a educação inclusiva e a complexa tarefa de construir um *ethos* comum; a inclusão escolar e os impasses gerados na transmissão do patrimônio cultural.

As obras de Sigmund Freud e Jacques Lacan são centrais no tecido social contemporâneo ao questionar, por exemplo, modelos cristalizados que objetificam e naturalizam a condição humana; ao defender a historicidade dos conceitos, que precisam de constantes interpretações; e, sobretudo, ao afirmar a centralidade da linguagem nas produções humanas. A linguagem produz, constitui e transforma a realidade. E não se compreende aquilo que a linguagem não consegue descrever, construir, inscrever. Existe, contudo, um resto, um vazio que a palavra, a letra, não recobre. Lacan ([1965-1966]1998) afirma que o dizer e o compreender são impossíveis em sua totalidade. Ao contrário da tradição científica, que integra esse não saber em sua argumentação, aspirando a eliminá-lo, a conhecê-lo, Lacan defende o não saber como constitutivo de qualquer conhecimento possível. Um impossível, um vazio de essência e determinação, a partir do qual se constrói um saber sempre contingencial.

Aposta-se na fecundidade dessa posição ética para constituir novos olhares, olhares incomuns, sobre a escolarização de alunos considerados da educação especial. É com o intuito de constituir novas perspectivas que possam impactar o cotidiano escolar e a construção de políticas públicas educacionais que os artigos abaixo apresentados se desdobram.

CARLA KARNOPPI VASQUES
SIMONE ZANON MOSCHEN
ROSELENE GURSKI

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n.113, p. 1381-1416, out./dez. 2010.
- BAPTISTA, Claudio Roberto; CAIADO, Katia; JESUS, Denise. **Educação especial: diálogo e pluralidade**. Porto Alegre: Mediação, 2008.
- FRANKLIN, Barry. **Interpretación de la discapacidad**. Teoria e historia da educación especial. Barcelona: Pomares, 1996.
- LACAN, Jacques. A ciência e a Verdade. In: LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p. 869-892.